

QUE É A ARQUEOLOGIA?

por

Vítor Oliveira Jorge

A arqueologia é antes de mais uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até à actualidade.

Mas, para além de ser uma forma de conhecimento, e sobretudo um modo de ver a realidade, a arqueologia é também uma actividade profissional, um serviço, que incide sobre uma área do património cultural permanentemente ameaçada pelas grandes obras, ou outras intervenções “agressivas” do território, contemporâneas, e portanto com importância crescente no mundo em que vivemos.

O património arqueológico, tanto o existente em meio terrestre como o subaquático, caracteriza-se pela sua dispersão no espaço, pela sua frequente ocultação (pelo menos parcial) e, portanto, pelo seu aparecimento, muitas vezes, inesperado, fortuito, aquando de revolvimentos do solo produzidos pelas referidas obras, ou por outros fenómenos naturais, como a erosão. Consequentemente, nenhum inventário arqueológico, seja a que escala for, se poderá considerar alguma vez completo; há um factor de imprevisibilidade na própria delimitação quantitativa do universo de materialidades sobre as quais incide a actividade da arqueologia. Cada vez mais assumidos como bens públicos, elementos caracterizadores dos lugares, e por isso também recursos, finitos, de um desenvolvimento sustentável, os “testemunhos arqueológicos” são seriamente considerados, nos países mais conscientes, aquando do planeamento de quaisquer acções transformadoras da fisionomia do território. Daí que hoje tenha uma importância primordial a chamada “arqueologia preventiva”, que consiste em prospectar sistematicamente o solo (por métodos tradicionais, de observação directa, ou por métodos geofísicos, de detecção remota, etc.), por forma a identificar todos os indícios de vestígios invisíveis à superfície, com o fim de os analisar, registar, e se possível proteger e valorizar, integrando-os no âmbito do planeamento do território.

Apesar de ter os seus antecedentes longínquos num período que vai do Renascimento ao séc. XVIII, a arqueologia desenvolve-se na Europa e nos Estados Unidos (até hoje, em que se pratica por todo o mundo) a partir da segunda metade do séc. XIX. Durante essa primeira fase, até aos inícios do séc. XX, dão-se algumas inovações teóricas e metodológicas muito significativas, no cruzamento de diversos saberes (história, geologia/biologia, etnolo-

gia): o “Sistema das 3 Idades” (Pedra, Bronze, Ferro), aplicado pelo dinamarquês Thomsen para organizar em fases sucessivas os objectos do Museu de Copenhaga, na Dinamarca; o conceito de evolução das espécies, desenvolvido por C. Darwin; e a comprovação da grande antiguidade da espécie humana, através das descobertas de B. de Perthes no Norte de França, e de outros investigadores.

Paralelamente, a antropologia cultural, evolucionista, arranca com obras como as de Lewis Morgan (passagem da humanidade pelos estádios da selvajaria e da barbárie, até à civilização). Entretanto, acompanhando o expansionismo ocidental, a sua “descoberta” constante de novos “mundos”, o desenvolvimento das viagens até aos recantos mais ignotos, e o apuramento de técnicas de trabalho de campo e de gabinete, dá-se a revelação de grandes civilizações (egeia, por Schliemann; maia, por Stephens), ou a decifração das suas extintas formas de escrita (egípcia, por Champollion; cuneiforme, por Rawlinson).

A primeira metade do séc. XX assiste a desenvolvimentos em múltiplos sentidos: preocupações tipológicas e cronológicas, muito atentas ao estabelecimento de sequências culturais regionais, à classificação e ordenação de artefactos; melhor apuramento das técnicas de arqueologia de campo (quadriculagem do terreno, registo tridimensional dos achados); início da fotografia aérea, raiz da futura “arqueologia da paisagem”, paisagem essa cada vez mais entendida como um palimpsesto (sobreposição de vestígios da acção humana sobre o território); primeiras preocupações por uma perspectiva ecológica, integrando as comunidades no meio (atenção aos restos de fauna, de flora, à reconstrução do clima, etc) e explicando o devir histórico através dessa relação. Impôs-se definitivamente a grande antiguidade da arte, com a plena aceitação da arte rupestre (e não apenas móvel) paleolítica, e, também, a ideia das remotas raízes do processo de hominização.

Uma figura domina, nesta época, as tentativas de síntese da pré-história europeia e próximo-oriental, e de teorização da arqueologia: V. Gordon Childe. Nos meados do séc. dá-se a descoberta revolucionária do método de datação pelo carbono 14 (Libby), que viria acabar com muitas explicações difusionistas e permitir o estabelecimento de comparações dos processos de evolução cultural à escala do globo.

Os anos 60 do nosso século veriam, por sua vez, o eclodir de um movimento teórico renovador (protagonizado por L. Binford), conhecido do exterior como “nova arqueologia” americana, que dá início a uma terceira e última etapa da história da arqueologia, em que esta, como alguém disse, “perdeu a inocência”, e no fundo se abriu à complexidade problemática que hoje a caracteriza. Na Europa, é conhecida como “arqueologia processual”, e um dos seus principais expoentes é Colin Renfrew.

Fundamentalmente, esta perspectiva propugna: é preciso explicar “processos”, não apenas descrever “dados”; há que partir de hipóteses, de objectivos explícitos, e em função deles realizar as observações, superando portanto o empirismo tradicional e incrementando o debate teórico; há que encarar a cultura não como um bloco, mas como um sistema composto de subsistemas, que têm diferentes dinâmicas e interagem em múltiplos sentidos, incluindo o meio-ambiente; também o que “resta” arqueologicamente de uma cultura, aquilo que às vezes se chama impropriamente o “registo arqueológico”, não é homogéneo, nem se modifica de forma linear, mas polimorfo, muito diversificado; importa criar uma teoria da mudança cultural que seja a correspondente da teoria da evolução das espécies – talvez tal se consiga através da comparação, a diferentes escalas, dos processos evolutivos que se verificaram nas várias regiões do globo, em relação com os biomas terrestres. Ao optimismo subjacente a esta perspectiva, que se inspirava largamente das ciências naturais,

vinha ajudar a aplicação cada vez mais frequente de métodos quantitativos, de meios laboratoriais, e da velocidade permitida pelos computadores, aos “dados” arqueológicos.

Iniciou-se então, ou ganhou novo alento, uma arqueologia de grandes projectos interdisciplinares, orientados por objectivos definidos, abarcando regiões inteiras, e procedendo por vezes por amostragem estatística, tanto ao nível da prospecção, como da escavação. Ficaram famosos, embora na sua maioria já viessem de trás, estudos sistemáticos sobre as origens da humanidade (casal Leakey na África oriental), ou da agricultura (por R. Braidwood no Curdistão iraquiano, ou por McNeish no vale de Tehuacán, México), ou da “civilização” (Adams na Mesopotâmia, Flannery também no México, em Oaxaca). Mas muitos outros se lhes seguiram, podendo dizer-se, hoje, que não tem sentido (excepto quando se trate de arqueologia de emergência) realizar uma arqueologia que não seja “de projecto”, orientada por objectivos definidos e realizada por equipas interdisciplinares. Trata-se de uma postura perfeitamente interiorizada em toda a parte, tanto ao nível da investigação como da administração. Marca a passagem de uma arqueologia amadorística a uma arqueologia profissional, nos seus vários aspectos.

De facto, a “nova arqueologia” não acabou com o velho arqueólogo isolado, mas tornou-o, a prazo, uma caricatura do académico ou do profissional moderno. A arqueologia mundializou-se; recorreu cada vez mais a métodos de outras ciências (por ex., os métodos de datação absoluta passaram a ser utilizados de modo frequente); às preocupações estratigráficas, até então dominantes na escavação, sucederam-se perspectivas “antropológicas”, que levaram à escavação em área e à decapagem das superfícies em que, supostamente, as pessoas viveram no passado. Note-se que esta perspectiva foi desde sempre corrente em arqueologia histórica, onde, obviamente, os investigadores deparavam com estruturas “sólidas” e níveis bem nítidos que os induziam a uma leitura “horizontal”, já não tão evidente para o pré-historiador. Nesta fase recente desenvolveu-se também muito a etnoarqueologia (estudo dos processos de formação do “registo arqueológico” na actualidade, observação da realidade “etnográfica” segundo preocupações e métodos arqueológicos) e a arqueologia experimental (fabricação de réplicas de artefactos ou criação de “estações” inteiras para testar a sua eficácia na acção ou a sua resistência à degradação, permitindo compreender melhor, por ex., os chamados processos pós-deposicionais, ou seja, as transformações que os objectos ou estruturas sofrem quando soterrados, etc.).

A arqueologia tornou-se, em países mais desenvolvidos, um serviço público, tendendo para um novo tipo de profissionalização. Ao lado do antigo pessoal dos museus, ou dos professores universitários, surgiu uma geração mais jovem, ligada, para o bem e para o mal, a uma arqueologia “técnica”, movida pela urgência das grandes obras públicas, ou pelo afã contínuo dos revolvimentos do solo nas cidades. A arqueologia (sobretudo na fase relacionada com prospecções e escavações) deixou de ser uma actividade sazonal para se transformar num serviço, onde ainda, muitas vezes, só são concedidos meios e tempo para a primeira etapa das tarefas, ou seja, a das recolhas e registos de campo, sem que exista verdadeiro espaço para tratar os dados, digeri-los, e produzir assim aquele acréscimo de conhecimento (que é sempre um acréscimo de novas perguntas, na verdade) que, com frequência, os poderes públicos não estão dispostos a pagar. A arqueologia, perigosamente, tecnocratizou-se.

Por outro lado, este domínio “explodiu”, nos nossos dias, numa multiplicidade de arqueologias diferentes. No sentido cronológico, falamos de uma arqueologia pré-histórica, de uma arqueologia romana, como de uma arqueologia moderna ou de uma arqueologia

contemporânea, por ex. No sentido temático, conforme os aspectos da sociedade ou da realidade a que os autores dão mais relevo, podemos ter uma arqueologia económica, uma arqueologia social, uma arqueologia simbólica, uma arqueologia do género, uma arqueologia espacial, uma arqueologia rural, etc. No campo das relações interdisciplinares, falamos em arqueozoologia, arqueometria, geoarqueologia, etnoarqueologia, etc. Quando nos referimos aos diferentes “meios” em que a arqueologia é praticada, podemos falar de uma arqueologia subaquática, de uma arqueologia urbana, etc. Para traduzir diferentes opções epistemológicas, referimo-nos à arqueologia processual, à arqueologia contextual, à arqueologia marxista, à arqueologia estrutural, à arqueologia pós-estrutural, à arqueologia interpretativa, etc. Existe, de facto, desde os anos 70-80, todo um “pró-processualismo” despoletado por autores como I. Hodder, que, em muitos casos, é fecundo de sugestões interpretativas, mais consciente do papel social e político da arqueologia, e indispensável para ultrapassar o positivismo e neo-ecolucinismo da “nova arqueologia” ou da arqueologia processual.

Quando, tradicionalmente, queríamos caracterizar diversas vocações institucionais ou de serviço, falávamos por vezes de arqueologia de investigação ou “universitária” *versus* arqueologia de salvamento ou de emergência (arqueologia patrimonial) – mas deve dizer-se que esta é uma dicotomia perversa, pois, na verdade, toda a arqueologia é investigação ou não é, verdadeiramente, arqueologia, mas uma prática rotineira sem sentido, sem qualidade, e sem aproveitamento para a sociedade que a financia. Infelizmente, no entanto, esta prática tem-se intensificado em todo o lado, criando mais emprego do que aumento de conhecimentos, no curto prazo. Impõe-se uma visão crítica da prática arqueológica, repensando o seu papel na modernidade tardia, e recusando a sua banalização como apenas fornecedora de elementos (tantas vezes de baixa qualidade) para as “indústrias do lazer”.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- J. DE ALARCÃO (1996) - *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Ed. Afrontamento.
- J. DE ALARCÃO & V. O. JORGE (coord.) (1997) - *Pensar a Arqueologia, Hoje*, Porto, SPAE.
- P. BAHN (1997) - *Arqueologia. Uma breve introdução*, Lisboa, Gradiva.
- SUSANA O. JORGE e VÍTOR O. JORGE (1998) - *Arqueologia. Percursos e Interrogações*, Porto, ADECAP.
- C. RENFREW & P. BAHN (1996) - *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*, Madrid, Akal, 1993 (trad. espanhola).
- CLÁUDIO TORRES & V. O. JORGE (coord.) (1999) - *A Arqueologia e os outros Patrimónios*, Porto, ADECAP.